

População em Situação de Rua no Estado de Minas Gerais

2010

Pesquisa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) em parceria com a Pastoral do Povo da Rua (CNBB), realizada em 222 municípios de Minas Gerais — 26% dos 853 existentes — selecionados com base no Índice de Direitos Humanos (IDH), definido em estudo do Instituto de Direitos Humanos, no tamanho da população e na distância de rodovia principal e da rodovia Vitória-Minas

- Foi identificada população em situação de rua em 186 (83,6%) dos 222 municípios pesquisados
- Foram ouvidas 792 pessoas em situação de rua.

Perfil

- 86,4% são do sexo masculino

Pesquisa Nacional 2007 – 82% do sexo masculino

Pesquisa em BH 2005 – 85,65% do sexo masculino

- 58,5% têm entre 26 e 45 anos

Pesquisa Nacional 2007 – 53% têm entre 25 e 45 anos

Pesquisa em BH 2005 – 53,7% têm entre 25 e 45 anos

- 82,4% se autodeclararam negros, pardos ou “morenos”
- Apenas 15,4% se autodeclararam brancos

Pardo – 37,2%

Negro/Preto – 29,4%

Moreno – 15,8%

Branco – 15,4%

Amarelo – 0,1%

Outros – 1,8%

Não sabe/Não respondeu – 0,3%

O percentual de 66,6% de negros ou pardos na população em situação de rua de Minas Gerais é maior que o de 51,2% de negros ou pardos identificados por pesquisa do IBGE (2010) no total da população brasileira.

Tempo de rua

- 49,6% - há mais de 6 anos
- 34,6% - há mais de 10 anos
- 26,6% - de 1 a 5 anos
- 11,2% - de 1 a 6 meses
- 3,5% - menos de 1 mês

Família ou parentes

- 81,8% não têm um companheiro, enquanto de acordo com pesquisa do IBGE (2010) 45,8% da população brasileira é casada.

62,5% são solteiros
 16,45 são separados
 2,9% são viúvos

- 94,2% disseram ter família e/ou parentes
- 88,7% dos que afirmaram possuir familiares disseram que eles não vivem em situação de rua
- Apenas 10,2% encontram-se acompanhados de pessoas da família

Sobre os familiares

- 73,4% têm parentes no Estado de Minas Gerais
- 40,8% afirmam que os parentes moram no mesmo município
- 32,6% em outra localidade de Minas Gerais
- 25,9% afirmam que os parentes moram em outro Estado
- 0,7% Não sabe/Não respondeu

Pesquisa realizada, em 2005, sobre a População em Situação de Rua de Belo Horizonte, mostra que 61,1% das pessoas mantém contato com parentes e familiares.

Os dados mostram, no entanto, que quanto maior o tempo de rua, mais vai diminuindo o contato com os parentes.

Frequência de contato com familiares e/ou parentes segundo o tempo de vida na rua

Geral – 61,1%
 Menos de 1 mês – 84,6%
 De 1 a 6 meses – 75,3%
 De 7 meses a 1 ano – 67,6%

De 1 a 5 anos – 52,8%
De 6 a 10 anos – 66,4%
Mais de 10 anos – 57,4%

1/3 – Uma vez por mês

1/4 – Semanalmente

Outros: “Uma vez por ano”, “Todos os dias”, “Mais de um ano”,
“Semestralmente”, não soube ou não respondeu.

Formas de contato

- 47,9% por telefone
- 43,8% visita em casa
- 4,3% encontra casualmente na rua
- 3,3% pela internet
- 2,4% por recado
- 2,2% por carta
- 5,2% outros

Vida solitária ou em grupo

- 56% vive sozinho
- 41,1% vive em grupo e/ou com familiares
- 2,7% vive às vezes só, às vezes em grupo
- 0,1% Não sabe/Não respondeu

Os homens vivem mais sozinhos e as mulheres mais em grupo.

Homens

- 59,7% sozinhos
- 37,3% em grupo
- 3% às vezes só, às vezes em grupo
- 0,1% não sabe ou não respondeu

Mulheres

- 66,6% em grupo
- 32,4% sozinhas
- 1% às vezes só, às vezes em grupo

De acordo com pesquisa realizada em Belo Horizonte em 2005, muitos associam a ideia de grupo à:

- Bagunça

- Maior probabilidade de repressão policial
- Atração de violência por parte de muitos possíveis agressores. Um grupo chamaria mais a atenção do que uma ou duas pessoas.

Quanto maior a cidade, mais as pessoas em situação de rua vivem sozinhas.

Escolaridade

- 92,9% possui algum grau de alfabetização
- 6,9% nunca foi à escola

- 51,3% - Fundamental incompleto
- 14,2% - Fundamental completo
- 9,5% - Ensino médio completo
- 3,7% - Ensino médio incompleto
- 1,1% - Ensino superior completo
- 1% - Ensino superior incompleto

Profissão

- 88,8% afirmaram ter uma profissão

- 18,9% - Construção civil
- 8,8% - Trabalhador rural
- 7,1% - Serviços gerais
- 5,8% - Artesão
- 4,5% - Pintor
- 5,2% - Doméstico
- 5,2% - Servente
- 3,1% - Mecânico
- 3% - Comerciante
- 3% - Catador
- 3% - Motorista
- 2,1% - Operador de máquinas
- 29,6% - Outros

Maiores dificuldades para viver na rua

- 40,4% - falta de segurança
- 35,6% - alimentação
- 33,3% - condições climáticas
- 28,8% - falta de banheiro

- 24,5% - falta de privacidade
- 7% - discriminação
- 6,7% - falta de moradia
- 2,2% - falta de trabalho
- 7,6% - Outros

Agressões sofridas

- 42,6% disseram que já sofreram algum tipo de agressão na rua
- 57,1% disseram que nunca sofreram agressão na rua

Quanto maior o município, maior a frequência de agressões.

Agressão sofrida segundo faixa populacional do município

Até 50 mil habitantes – 14,6%

De 50.001 a 300 mil habitantes – 46,7%

Mais de 300 mil habitantes – 38,7%

Responsáveis pela agressão

Responsáveis pela agressão				
	Geral	Até 50 mil habitantes	De 50.001 a 300 mil habitantes	Mais de 300 mil habitantes
Outros moradores de rua	36,2%	28,6%	34,4%	41,4%
População local	32,9%	44,9%	35,7%	25%
Polícia	32,6%	22,4%	32,5%	36,7%
Guarda Municipal	5,4%	6,1%	4,5%	6,3%
Comerciantes/Seguranças	3%	4,1%	4,5%	0,8%
Fiscais/Funcionários da Prefeitura	1,2%	-	0,6%	2,3%
Outros	4,2%	8,7%	2,5%	4,7%

A soma das porcentagens dos representantes da ordem pública (Polícia Militar, Guarda Municipal e fiscais da Prefeitura) mostra que eles são

os principais agressores nas cidades com população acima de 50 mil habitantes.

Eles são apontados como responsáveis pelas agressões em 37,6% dos casos, nas cidades com de 50 mil a 300 mil habitantes, e, em 45,3% dos casos, nas cidades com mais de 300 mil habitantes.

Nos municípios com até 50 mil habitantes, a população local seria a responsável pela maior parte das agressões, sendo citada por 44,9% das vítimas.

Assim, a violência é maior por parte da sociedade nos menores municípios e maior por parte das organizações e instituições públicas nas cidades maiores.

Denúncia da agressão sofrida

- 87,7% não procuraram qualquer entidade para denunciar a agressão sofrida
- 12,2% disseram ter procurado entidade para denunciar a agressão

Entidades procuradas

- Polícia – 62,1%
- Órgãos da Prefeitura – 21,1%
- Organizações sociais – 8,4%
- Igreja – 3,2%

Locais onde a População em Situação de Rua foi proibida de entrar

- 58,9% - Comércio / Shopping
- 7,9% - Órgãos Públicos
- 5,6% - Restaurante / Lanchonete
- 4,4% - Hospital / Posto de Saúde
- 3,2% - Banco
- 2,4% - Teatro / Cinema
- 2,1% - Transporte público
- 15,5% - Outros

Local onde obtém alimento

- População – 40,9%
- Organizações sociais – 21,8%
- Órgãos da Prefeitura – 19,9%
- Compra comida – 19,4%
- Cozinha na rua – 16,3%
- Pede/Doação – 8,7%
- Igreja – 5,5%

- Outros – 0,5%

Os dados mostram que é a sociedade civil que garante acesso à alimentação (direito fundamental ou necessidade básica) para as pessoas em situação de rua. Quanto menor a cidade, maior essa dependência.

Isso aponta a necessidade de se incluir a demanda por alimentação da População em Situação de Rua no debate sobre segurança alimentar, tornando-a parte das políticas para essa população.

Onde faz a higiene pessoal

- Órgão da Prefeitura – 35,7%
- Na rua – 20%
- Organização social – 18,1%
- Posto de gasolina – 12,3%
- População – 7,95
- Cachoeira/Ribeirão – 6,7%
- Igreja – 4,8%
- Casa de parentes – 2,2%
- Outros – 5,4%

Quanto maior a cidade, maior a dependência dos órgãos públicos e organizações sociais.

Local onde dorme

- Na rua (marquises, praças, baixios – 61,9% de viadutos, postos de gasolina)
- Albergue – 27,5%
- Casa ou lugares abandonados – 8,8%
- Dependência de órgãos públicos – 7,5%
- Paga um local para dormir – 2,4%
- Abrigo – 1,9%
- Outros – 4,1%

Encaminhamento para o trabalho

- Não procura – 60,3%
- Procuram – 39,7%

Onde procuram

- Órgão da Prefeitura – 16,2%
- População / Direto – 11,7% com o empregador

- Organização social/ - 10,6%
Igreja
- SINE – 3,2%
- Outros – 1,7%

Nas cidades com mais de 300 mil habitantes, as organizações sociais ocupam o segundo lugar e a sociedade civil o terceiro.

Posse de documentos

- 66,8% - Carteira de Identidade
- 63,2% - Certidão de Nascimento
- 57,3% - Carteira de Trabalho
- 55% - Título de Eleitor
- 52,6% - CPF
- 33,5% - Certificado de reservista
- 22% - Todos os documentos
- 12,6% - NIS (benefícios sociais)
- 1,3% - Outros

A posse da carteira de trabalho por 57,3% e a participação em cursos profissionalizantes mostram que, mesmo vivendo nas ruas, as pessoas estão buscando alternativas e têm expectativa de ter um trabalho formal.

Curso profissionalizante frequentado

- Informática – 11,3%
- Mecânica- 6,8%
- Construção civil – 6,3%
- Eletricista predial – 6,3%
- Artesanato – 5,9%
- Vigilante/Segurança – 5,9%
- Auxiliar de cozinha – 4,1%
- Cabelereiro/manicure – 3,6%
- Serviços de escritório – 3,2%
- Garçom – 2,7%
- Outros – 41,4% (comerciário, padeiro, confeitoiro, marceneiro, jardineiro, auxiliar de enfermagem – menos de 0,6% cada)

Benefício social

- 87,9% garantiram não receber nenhum benefício social (como Bolsa Família ou INSS)
- 10,7% responderam que recebem
- 1,4% Não sabem ou não responderam

Também a pesquisa nacional realizada em 2008, apontou que 88,5% da população em situação de rua não possui acesso a qualquer benefício governamental.

Benefícios recebidos

- Bolsa Família – 50%
- INSS – 22,6%
- Benefício de Prestação Continuada – 12,9%
- Outros – 14,5%

O fato de que apenas 10,7% recebam algum benefício governamental confirma a ausência de políticas de proteção social que subsidiem a enorme dívida social existente para com esses indivíduos e cidadãos.

Serviços ofertados por Prefeituras e Ongs, de acordo com a População em Situação de Rua

- Passagem intermunicipal – 55,2%
- Assistência / Ação emergencial – 52,8%
- Abrigo – 51,1%
- Outros – 2,4% (Albergue, Assistência Social, CAPS, Centro de Referência, Pastoral de Rua, Abrigo São Paulo, encaminhamento para internação, encaminhamento para o trabalho, medicamentos, roupas, alimentos, saúde, serviços, tratamento de saúde, café).

Problemas de saúde

- Ortopédico – 23,6%
- Cardíaco – 17,1%
- Psiquiátrico – 15,4%
- Pneumológico – 13,4%
- Oftalmológico – 8%
- Neurológico – 6,6%
- Dermatológico – 3,1%
- Ginecológico – 2,8%
- Dentário – 1,7%
- Outros – 25,6%

Tipo de médico ou especialidade médica procurada

- Clínico geral – 57,5%
- Ortopedista – 15%
- Psiquiatra – 13,3%

- Pneumologista – 7,1%
- Cardiologista – 6,9%
- Dentista – 2,4%
- Ginecologista – 2,2%
- Dermatologista – 1,5%
- Outros – 6,4%

Uso de medicamentos

- 64% não costuma tomar remédio
- 34,4% costuma tomar remédio

Busca por atendimento

- 83,4% procuraram postos de saúde
- Destes, 14,5% não foram atendidos

Motivo do não atendimento segundo a pessoa em situação de rua:

23,5% - falta de documentos

22,1% - preconceito/discriminação

19,1% - falta de residência fixa

4,4%- condições de higiene inadequadas

11,8% - não sabe ou não respondeu

Dependência química

- 81,3% afirmou possuir algum tipo de dependência química

68,7% de álcool

67,5% de tabaco

23,1% de drogas

Quanto maior a idade, maior é o consumo de álcool. Quanto menor a idade, maior é o consumo de drogas ilícitas.

Acesso à informação

- Só 13% dos entrevistados diz não ter acesso a informações

Meios de obtenção de informação

- TV – 44,5%
- Jornal – 40,9%

- Rádio – 18,3%
- Livro – 10,6%
- Internet – 4,2%
- Biblioteca – 2,6%
- Através de pessoas – 2,1%

Locais de obtenção de informação

- Banca de jornal – 26,6%
- Bares – 22,9%
- Abrigo – 17,3%
- Entidades – 15,7%
- Biblioteca Pública – 5%
- Espaços Públicos – 4,7%
- Postos de Gasolina – 4,7%
- Rádio – 2,6%
- Lan house – 2,2%
- Casa de amigos/parentes – 2,2%

Local onde participa de atividades de lazer

- Nenhum lugar – 48,7%
- Espaços públicos – 29,3%
- Órgão da Prefeitura – 8,2%
- Instituição social – 7,9%
- Igreja – 6,1%

Participação em grupo de discussão sobre a realidade da população em situação de rua

- 82,3% responderam que não participam
- 16,5% responderam que participam
- A maior parte dos que participam (32,6%) são de BH
- 82,3% informaram que não conhecem ou nunca ouviram falar sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua
- 76,5% nunca ouviram falar do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)

Grupos dos quais participam

- 23,6% vinculados a órgão da Prefeitura
- 23,6% vinculados a instituições ou organizações sociais
- 18,2% vinculados a movimentos sociais
- 16,5% vinculados à Igreja
- 4,1% no Fórum da População em Situação de Rua

Os dados mostram a necessidade de se desenvolver o protagonismo, o exercício da cidadania e participação desta população nas políticas públicas.

Consciência a respeito dos direitos

- 82,5% afirmam que a População em Situação de Rua tem direitos.

Direitos das pessoas em situação de rua citados

- Moradia – 58,4%
- Trabalho – 53,3%
- Alimentação – 48,1%
- Ir e vir – 42,4%
- Assistência – 41,3%
- Saúde – 38,4%
- Educação – 34,6%
- Cultura – 29%
- Todos os direitos – 9,8%
- Cidadania – 6,2%
- Dignidade/Direito – 5%
- Respeito – 2,5%
- Outros – 9,5% (Direitos humanos, higiene pessoal, lazer, vida digna)

Dificuldades encontradas para sair da rua

- Falta de trabalho – 38,4%
- Falta de moradia – 29,4%
- Uso de álcool – 13,5%
- Referências pessoais na rua – 8,5%
- Uso de drogas – 6,3%
- Vergonha de voltar para casa – 5,9%
- Não tem motivo – 3,3%
- Outros motivos – 10,8%

Sonhos e perspectivas

- 73,4% têm interesse em participar de cursos profissionalizantes.
- Apenas 2,2% declararam não ter mais sonhos.

Qual é o seu maior sonho

- Moradia – 29,8%
- Trabalho / Emprego – 13%

- Melhorar a vida / sair das ruas – 12%
- Resgatar vínculos com a família – 11,4%
- Constituir família – 8,8%
- Largar o vício – 3%
- Não tem sonho mais – 2,2%
- Ser reconhecido – 1,9%
- Estudar – 1,8%
- Ajudar outras pessoas – 1,6%
- Ficar rico – 1,3%
- Saúde – 1%
- Aposentar – 0,6%
- Outros – 11,5%